A Missão de Defesa da Pátria

Major (Res) Kevin Stringer, Exército dos EUA

COM O AUMENTO das ameaças transnacionais, tais como o terrorismo, as armas de destruição em massa, o crime internacional, o tráfico de drogas e a imigração ilegal, a defesa do Território Continental dos Estados Unidos (*Continental United States — CONUS*) tem-se tornado mais crítica. A possibilidade da ocorrência de desastres ambientais, naturais ou causados pelo homem, também destaca os assuntos de segurança doméstica. O termo "defesa nacional" recupera sua razão de ser e foca em proteger nossos valores básicos — os interesses políticos, econômicos, sociais e culturais e atividades que representam a nossa nação.

A distância que separa o *CONUS* dos adversários em potencial tem, há muito, sido a barreira que protegia os nossos interesses e as nossas atividades as quais formam o centro de gravidade da segurança dos EUA. Mas esta vantagem já não existe em virtude das novas ameaças à segurança global desde o final da Guerra Fria que têm como alvo, e podem alcançar, o território norte-americano. Este perigo exige que os militares se preparem para defender o país de uma variedade de ameaças não convencionais.

Dada esta situação de insegurança, a defesa da pátria (*homeland defense — HLD*) tornou-se alta prioridade nos EUA. Como o país têm uma posição de domínio no Hemisfério Ocidental, sem ameaça convencional militar nas suas fronteiras, a missão de defesa da pátria geralmente exclui o papel de combate, abrangendo, ao invés disso, várias atividades não tradicionais que são categorizadas como operações militares de não guerra. Como o Departamento de Defesa e as Forças Armadas individualmente não definiram, oficialmente, as missões com esta função, as operações militares de não guerra mencionadas neste artigo são uma pequena indicação das missões necessárias para apoiarem a defesa da pátria. O produto final será melhor compreendido já que o conceito evoluirá durante os próximos anos, mas, de maneira geral, irá excluir atividades convencionais de combate. Dados esses parâmetros e considerando a natureza do poder terrestre desta missão de defesa da pátria, a principal responsabilidade pela mesma cai sobre o Exército dos EUA, e em particular sobre a Guarda Nacional do Exército dos EUA.

Apesar de que o Departamento de Defesa não definiu os responsáveis pela defesa da pátria, assume-se que a Guarda Nacional do Exército dos EUA* terá um papel de destaque com base em sua presença dentro de todos os estados e territórios dos EUA, no seu envolvimento histórico em missões de operações militares de não guerra dentro do *CONUS* e na sua obrigação constitucional de manter a segurança e o bem estar de cada estado. No momento, o apoio doméstico para missões de operações militares de não guerra constitui a maior parte das obrigações da Guarda Nacional do Exército dos EUA.[1]

Apesar de que a Reserva do Exército dos EUA (*U.S Army Reserve — USAR*) poderá ter um papel na defesa da pátria, seu envolvimento será minimizado pelo seguinte:

- Suas funções de apoio ao combate (*combat support — CS*) ou de apoio logístico (*combat service support — CSS*) para a força da ativa.
- Seu maior desdobramento além mar em missões de apoio como as da Bósnia e de Kosovo.
- Sua integração de modo geral em missões do Componente da Ativa.

Infelizmente, este ambiente não indica que a contínua habilidade da Guarda Nacional do Exército dos EUA em manter o seu treinamento em prontidão para seu papel de combate na atual estrutura de força será mantida.

---

*O Exército Total dos EUA corresponde aos Componentes da Ativa e da Reserva (Guarda Nacional e Reserva).—Nota do Editoria Brasileira

Dado o número já limitado de dias no ano dedicados ao treinamento coletivo de uma unidade de combate da Guarda Nacional do Exército dos EUA e sem o treinamento ideal, a sua habilidade de combater lado a lado com seus companheiros do Componente da Ativa fica ameaçada. O problema não é se as unidades da Guarda Nacional podem combater convencionalmente. Mas se as suas unidades de combate vão participar, cada vez mais das missões domésticas não tradicionais relacionadas com a defesa da pátria. Neste caso, o seu treinamento para a prontidão de combate convencional sofrerá e serão formados relacionamentos equivocados de estado-maior e planejamento.

Alias, existe um perigo em potencial de que um enfoque na defesa da pátria degradaria a habilidade da Guarda Nacional no seu desempenho em combate. Esta possível perda de prontidão para o combate baseia-se em três situações:

- A natureza não tradicional da missão de defesa da pátria e a singular capacidade da Guarda Nacional para essa tarefa.
- Concentrando tempo limitado e valioso no treinamento de missões não tradicionais ao invés das missões de combate, as quais enfocam a competência no trabalho das armas combinadas no nível unidade.
- A criação de habituais relacionamentos de planejamentos e de estado-maior com as agências civis e a polícia, ao invés da relação com as unidades do Componente da Ativa..

A solução desse problema implica na reestruturação dos Componentes da Reserva do Exército (*Army Reserve Components — RC*)* para colocar a maior parte das organizações de combate na Reserva do Exército dos EUA e as unidades de apoio ao combate e apoio logístico dentro da Guarda Nacional do Exército dos EUA.[2] Esta reorganização colocaria as funções das unidades da Guarda Nacional de acordo com as suas missões obrigatórias mais comuns e prováveis, enquanto permanecem sob o controle do estado ou federal no papel de defesa da pátria.

Analisando a missão de defesa da pátria, o Manual de Campanha do Exército dos EUA FM 100-5 — Operações, proporciona a base para classificar atividades das operações militares de não guerra e um guia para identificar as que se referem à defesa da pátria.[3] Das treze atividades designadas para as operações militares de não guerra, quatro geralmente se aplicam à defesa da pátria. Elas não são necessariamente diferentes e podem até se sobreporem no contexto doméstico. Além disso, a Guarda Nacional do Exército dos EUA tem tido um papel firme e importante em todas as quatro áreas sob o controle do estado e federal.

O apoio às autoridades civis durante as emergências domésticas ajuda a suprimir a violência ou as atividades insurgentes. As ações também incluem operações de controle de fronteira contra a imigração ilegal. Sob as provisões do *The Posse Comitatus Act* nem o Componente da Ativa nem a Reserva do Exército dos EUA podem substituir as agências de polícia legalmente designadas.[4] E, apesar de o Congresso ter modificado em parte a lei para esses dois componentes, o ato é menos restrito para a não federalizada Guarda Nacional do Exército dos EUA, sob o Título 32 do Código dos EUA.[5] A Guarda Nacional é candidata natural para tais missões e as têm cumprido historicamente sob diretiva estatal ou federal. Em 1996 por exemplo, 46 estados e territórios dependeram da Guarda Nacional do Exército dos EUA para um recorde de 460 emergências estatais em apoio às autoridades civis. Um exemplo mais específico desta atividade e participação da Guarda Nacional ocorreu durante os tumultos em Los Angeles, em 1992, quando a Guarda Nacional da Califórnia foi chamada para restaurar a paz, após o julgamento (de policiais da cidade de Los Angeles) no caso de Rodney King. Foram colocadas em prontidão três brigadas pesadas da Guarda Nacional da Califórnia para essa operação.

A assistência humanitária e o apoio durante os desastres significa apoiar as agências domésticas para promover o bem estar das pessoas, reduzir a dor e o sofrimento e impedir a perda de vidas ou a destruição da propriedade, em conseqüência dos desastres naturais ou daqueles causados pelo homem. O Exército providencia logística, apoio médico e de pessoal durante essas operações. A Guarda Nacional do Exército dos EUA também é bem adaptada para elas, já que geralmente possui unidades nas imediações das regiões afetadas. Exemplos de participação da Guarda Nacional incluem o apoio a emergências domésticas como a oferecida após os vários terremotos na Califórnia na década dos anos 90, os furacões Andrew e Iniki em 1992 e as inundações no meio-oeste em 1993.

O apoio às operações contra o tráfico de drogas se

*Army Reserve Components — RC *inclui a Guarda Nacional do Exército e a Reserva do Exército.* Classificando atividades de operações militares de não guerra.— Nota do Editoria Brasileira

Fotos: Departamento de Defesa

Unidades da Guarda Nacional do estado de Washington, participando em um exercício de controle de distúrbios civis para apoiar as operações policiais.

Apesar de que o Departamento de Defesa não definiu os responsáveis pela defesa da pátria, assume-se que a Guarda Nacional do Exército dos EUA terá um papel de destaque com base em sua presença dentro de todos os estados e territórios dos EUA, no seu envolvimento histórico em missões de operações militares de não guerra dentro do *CONUS* e na sua obrigação constitucional de manter a segurança e o bem estar de cada estado. No momento, o apoio doméstico para missões de operações militares de não guerra constitui a maior parte das obrigações da Guarda Nacional do Exército dos EUA.

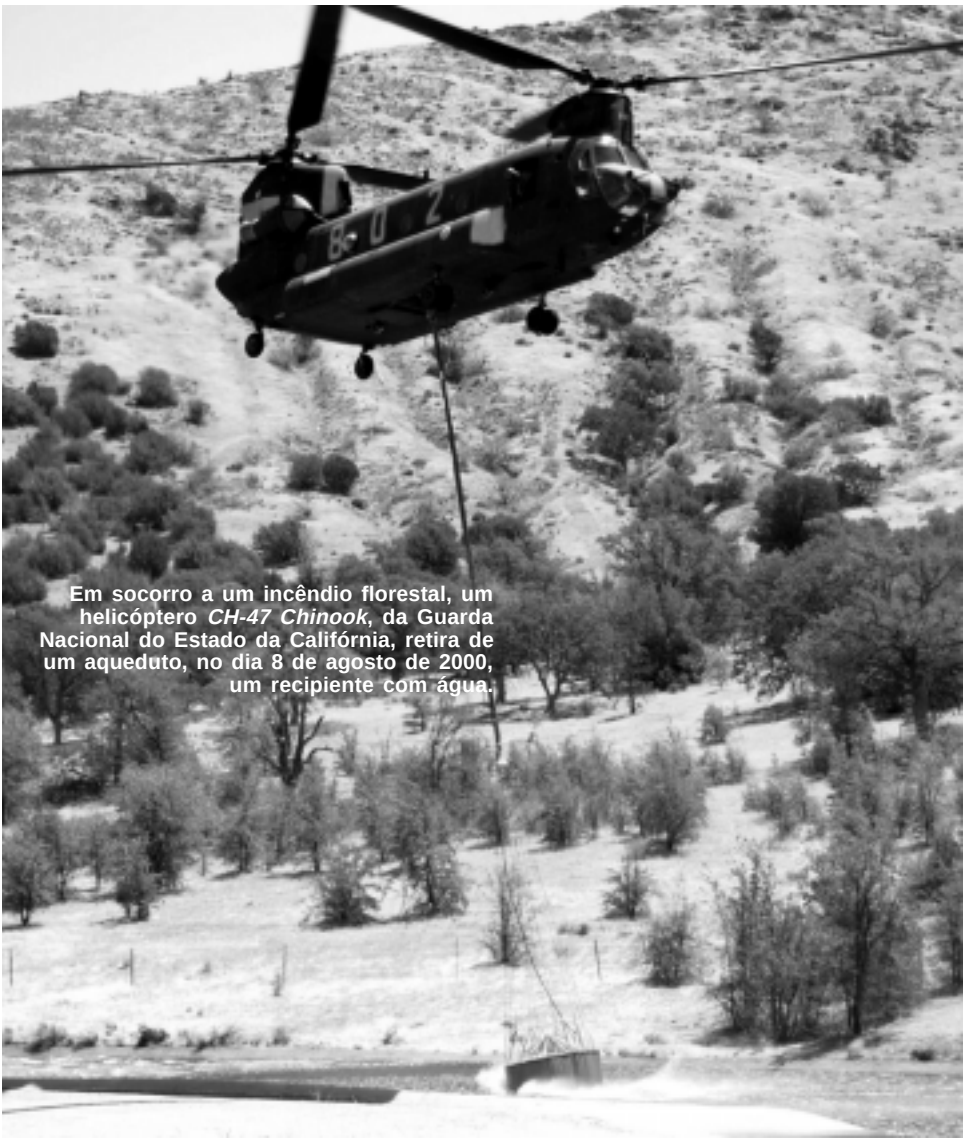
concentra no apoio às agências de polícia e nos esforços de outros departamentos federais para interceptar o fluxo das drogas ilegais. O apoio às operações domésticas contra drogas inclui o planejamento militar e a assistência de treinamento às agências de polícia, empréstimos e transferências de equipamento e outra assistência pedida e autorizada. Dada a sua condição com relação ao Título 32 do Código dos EUA, e seus recursos, a Guarda Nacional do Exército dos EUA muitas vezes participa em tais operações. Esta atividade é exigida da Guarda Nacional por lei federal e autorizada pelo Secretário de Defesa.

A atividade de controle de armamento vai além da tradicional tarefa da Guerra Fria de promover a estabilidade estratégica militar pelo monitoramento da proliferação de armas e da tecnologia e a supervisão dos acordos de controle de armas. Na missão de defesa da pátria, esta área agora inclui a detecção e a prevenção do uso de armas de destruição em massa em solo americano, o preparo do cidadão americano relativo a ataques químicos e biológicos e a resposta militar a tais ataques.

Treinamento para Tarefas

Todas essas atividades exigem treinamento para tarefas fora do enfoque coletivo de armas combinadas para um combate bem sucedido. Exigem também cooperação e integração intensiva junto às agências de polícia, estatais e federais, e outras organizações federais como a Agência do Gerenciamento Federal de Emergência e algumas organizações não governamentais como a Cruz Vermelha.

Como a Guarda Nacional do Exército dos EUA já se encontra profundamente envolvida em atividades de defesa da pátria, tem desenvolvido fortes e habituais laços com agências civis ao invés de com o Componente da Ativa. Estes laços são prejudiciais às organizações de combate da Guarda Nacional que executam essas funções. Exemplos recentes do envolvimento da Guarda Nacional em atividades domésticas de operações militares de não guerra para a defesa da pátria confirmam mudanças nas missões não tradicionais e maior cooperação com as agências e as organizações federais e estatais civis.



Em socorro a um incêndio florestal, um helicóptero *CH-47 Chinook*, da Guarda Nacional do Estado da Califórnia, retira de um aqueduto, no dia 8 de agosto de 2000, um recipiente com água.

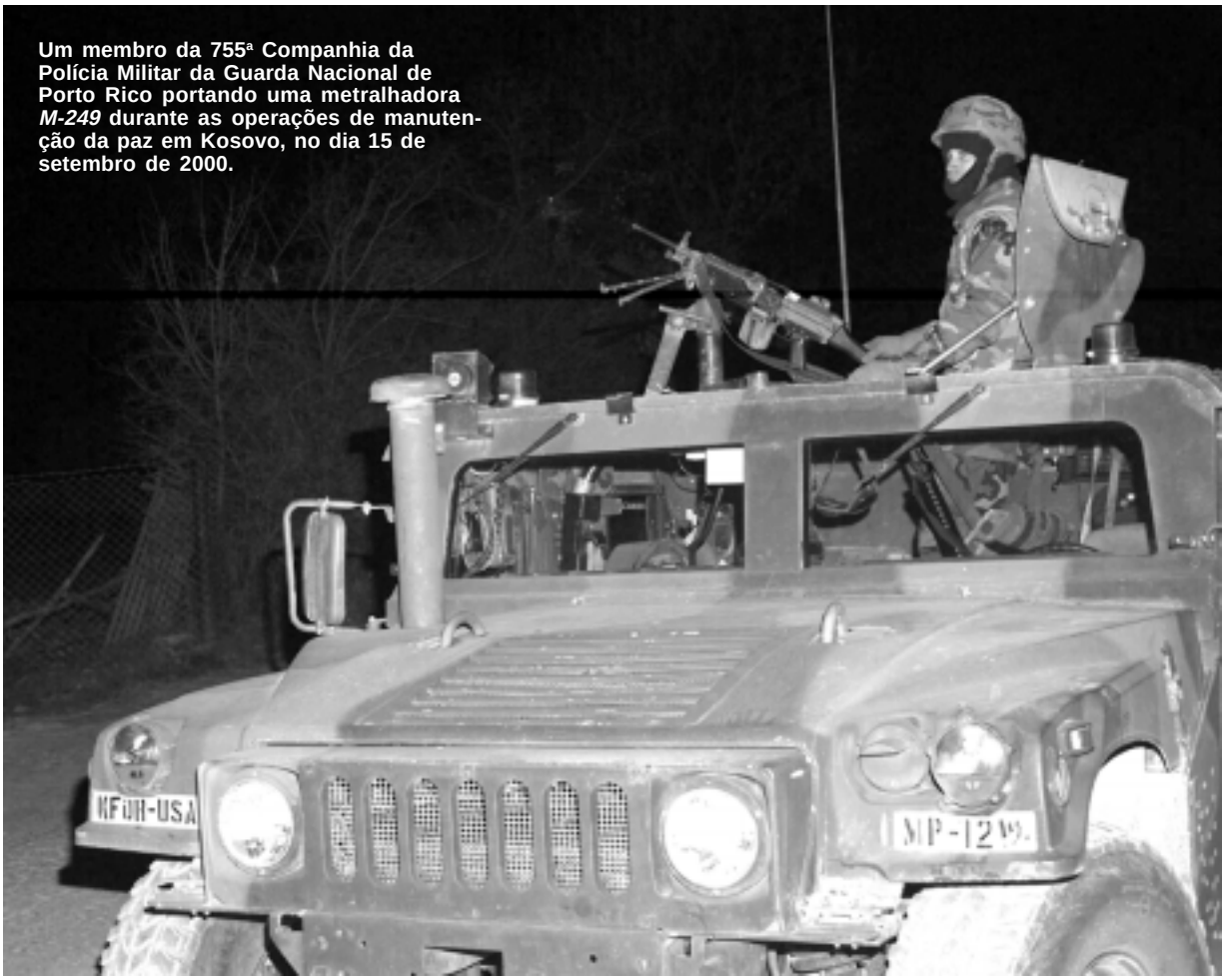
A assistência humanitária e o apoio durante os desastres significa apoiar as agências domésticas para promover o bem estar das pessoas, reduzir a dor e o sofrimento e impedir a perda de vidas ou a destruição da propriedade, em conseqüência dos desastres naturais ou daqueles causados pelo homem. O Exército providencia logística, apoio médico e de pessoal durante essas operações. A Guarda Nacional do Exército dos EUA também é bem adaptada para elas, já que geralmente possui unidades nas imediações das regiões afetadas. Exemplos de participação da Guarda Nacional incluem o apoio a emergências domésticas como a oferecida após os vários terremotos na Califórnia na década dos anos 90, os furacões Andrew e Iniki em 1992 e as inundações no meio-oeste em 1993.

A Guarda Nacional da Califórnia

Na costa ocidental, a Guarda Nacional da Califórnia participa de uma série de operações contra drogas na fronteira entre os EUA e o México. Estes programas vão desde reconhecimento fronteiriço e a observação ao apoio de engenharia. Como acontece em outros estados, o programa contra drogas da Guarda Nacional da Califórnia cria atividades de apoio que se adaptam aos pedidos das agências de polícia locais. As missões são respaldadas nos programas nacionais contra drogas.

O trabalho feito pela Guarda Nacional do Exército dos EUA tem como propósito liberar mais policiais para tarefas de interdição de drogas ou investigações. Enquanto desempenha estas funções, a Guarda Nacional da Califórnia está envolvida em duas atividades de defesa da pátria — apoio às autoridades civis e às operações contra drogas. Na execução destas, a Guarda Nacional da Califórnia trabalha extensivamente junto à Patrulha de Fronteira dos EUA (*U.S.Border Patrol)*, a Administração de Combate às Drogas *(Drug Enforcement Administration —DEA*) e o Serviço de Imigração e Naturalização (*Immigration and Naturalization Service*). Estas operações entre agências exigem grande adaptação, ligação e integração com as agências de polícia civil. Apesar de que são usados conhecimentos militares, os métodos, o treinamento e a doutrina diferem muito dos exigidos para o combate convencional.

As unidades e os indivíduos não enfocam sobre o adestramento de combate coletivo durante os preciosos dias de treinamento usados para essas missões. Naturalmente, uma unidade do Componente da Ativa sofreria um degradação em suas habilidades de combate coletivo sempre que desempenhasse tais missões, mas seria capaz de recuperá-las devido a que sua condição de tempo integral lhe permitiria mais tempo para atualizar o adestramento. Como a maioria das unidades da Guarda Nacional do Exército dos EUA têm apenas 39 dias de treinamento por ano, qualquer organização de combate que participasse em tais operações não



Um membro da 755ª Companhia da Polícia Militar da Guarda Nacional de Porto Rico portando uma metralhadora *M-249* durante as operações de manutenção da paz em Kosovo, no dia 15 de setembro de 2000.

O apoio às autoridades civis durante as emergências domésticas ajuda a suprimir a violência ou as atividades insurgentes. As ações também incluem operações de controle de fronteira contra a imigração ilegal. Sob as provisões do *The Posse Comitatus Act* nem o Componente da Ativa nem a Reserva do Exército dos EUA podem substituir as agências de polícia legalmente designadas.

tradicionais iria enfrentar grande deficiência de adestramento na proficiência das armas combinadas.

Seria quase impossível recuperar do efeito cumulativo de numerosas e consecutivas missões de defesa da pátria, dada a condição temporária da Guarda Nacional do Exército dos EUA. Além disso, alocar mais tempo de treinamento para ajuste seria colocar pressão sobre o apoio do empregador a esta instituição militar.

A Guarda Nacional de Porto Rico

A Guarda Nacional de Porto Rico tem enfocado sobre a missão de defesa da pátria combatendo o crime relacionado às drogas na ilha e proporcionando assistência humanitária às comunidades afetadas pelo mercado das drogas. Ela concentra seu apoio para as autoridades civis, as operações contra drogas e a assistência humanitária. Durante a Operação *Centurion* em 1996, as unidades da Guarda Nacional de Porto Rico e da polícia entraram em 76 projetos de habitação para prender fornecedores de drogas e criminosos e devolver a ordem à comunidade. O governador de Porto Rico, Pedro Rossello, criou um programa para apoiar os limitados recursos das agências de polícia em Porto Rico e retirar os traficantes de drogas das áreas residenciais. O objetivo secundário era restabelecer a normalidade às comunidades através de um esforço coordenado social e de segurança. Os soldados da aviação e unidades de Polícia do Exército apoiaram a polícia civil na fase inicial do cerco, na busca, apreensão e prisão. Uma vez que a área ficou livre do elemento criminoso, o pessoal da infantaria, artilharia,

Unidades de apoio são exatamente o que a missão de defesa da pátria exige. São o tipo de organização ideal para os estados já que "a transferência de habilidades encontradas na comunidade civil aos militares é grande para funções de apoio, mas praticamente inexistente para unidades de combate tático. Este fato cria sinergias em termos do recrutamento e composição da força da Guarda Nacional do Exército dos EUA, já que muitas dessas habilidades de apoio adquiridas do setor civil contribuem diretamente à missão de defesa da pátria. Os resultados são todos positivos pois os estados recebem a perícia que precisam e "sem o fenômeno de duas fontes de comando em tempo de paz, o Exército da ativa pode influenciar no adestramento e na prontidão da Reserva do Exército dos EUA com muito maior influência do que na Guarda Nacional."

engenharia e manutenção ajudaram as agências comunitárias a reconstruir as áreas residenciais, distribuir literatura antidrogas, reabilitar instalações e retirar o lixo.

O programa teve sucesso absoluto graças às habilidades e recursos da Guarda Nacional de Porto Rico. Infelizmente, em termos de integração com o Componente da Ativa, esta proveitosa experiência operacional foi desperdiçada. A Guarda Nacional de Porto Rico usou e aplicou doutrina de operações militares de não guerra e práticas não convencionais de combate. Usaram valiosos dias de treinamento que poderiam ter sido usados no adestramento de combate coletivo. Também criaram uma forte cooperação, reforçaram os relacionamentos habituais e se integraram com a polícia e as várias agências sociais — não com as forças de combate do Componente da Ativa.

Os exemplos da Califórnia e Porto Rico ilustram os efeitos que debilitam o estado de prontidão das unidades da Guarda Nacional do Exército dos EUA em missões de defesa da pátria. Simbolizam uma tendência reforçada pelo Programa de Prontidão Doméstica dos EUA (*U.S.Domestic Preparedness Program*) — no qual os fornecedores de serviços de emergência das cidades estadunidenses recebem treinamento de como reagir a ataques envolvendo elementos de armas de destruição em massa. A Guarda Nacional do Exército dos EUA contribui com treinamento e apoio substanciais a esse programa administrado pelo Departamento de Defesa. A sua participação é o resultado do ato *Congressional Defense Against Weapons of Mass Destruction Act,* de 1996 que tornou o Departamento de Defesa a principal agência para a administração das conseqüências relacionadas às armas de destruição em massa.[10]

Infelizmente, esta política do Departamento de Defesa cria a possibilidade de ter unidades de combate da Guarda Nacional do Exército dos EUA direcionada para missões domésticas, que prejudicam a prontidão para a guerra. Além disso, este programa requer que a Guarda Nacional interaja com as agências relacionadas com a defesa civil, ao invés do Componente da Ativa. As unidades de combate da Guarda Nacional participantes não enfatizam o treinamento de combate coletivo nos escalões batalhão e brigada — a base para o sucesso na guerra. Focalizam sim, nas bases de treinamento das operações militares de não guerra que diferem das bases das operações convencionais.

Não obstante, a Guarda Nacional do Exército dos EUA está melhor preparada para operações de defesa da pátria por ser a organização sob direção estatal com menos restrições *Posse Comitatus.*[11] Outrossim, membros da Guarda Nacional desempenham essas missões em seus próprios estados onde se identificam e tem solidariedade com o cidadão. O domínio da Guarda Nacional nessas operações porém, cria distância da missão de reserva do combate estratégico. Essa alienação em relação à guerra convencional produz o enfoque sobre a doutrina de defesa da pátria não tradicional ao invés do o modelo aceito de combate convencional.

Dado o número já limitado de dias no ano dedicados ao treinamento coletivo de uma unidade de combate da Guarda Nacional do Exército dos EUA e sem o treinamento ideal, a sua habilidade de combater lado a lado com seus companheiros do Componente da Ativa fica ameaçada. O problema não é se as unidades da Guarda Nacional podem combater convencionalmente. Mas se as suas unidades de combate vão participar, cada vez mais das missões domésticas não tradicionais relacionadas com a defesa da pátria. Neste caso, o seu treinamento para a prontidão de combate convencional sofrerá e serão formados relacionamentos equivocados de estado-maior e planejamento.

Uma Possível Solução

Os EUA devem estar preparados para defenderem a pátria de uma variedade de ameaças não tradicionais. A Guarda Nacional do Exército dos EUA proporciona um excelente e natural instrumento para enfrentar tais ameaças. Porém, essa abordagem é um perigoso desvio da missão de combate da instituição. Uma maneira de resolver este dilema seria colocar todas as formações de combate da Guarda Nacional do Exército dos EUA dentro da

Reserva do Exército dos EUA. Essa mudança prática logicamente juntaria as principais reservas de combate estratégico da nação com seus parceiros do Componente da Ativa, eliminando o controle duplo sobre essas organizações de combate e permitindo que o Exército da ativa gerencie o adestramento e a prontidão para o combate, sem a subordinação ao controle estatal.

Outrossim, todas as unidades de apoio ao combate e apoio logístico poderiam então serem integradas à Guarda Nacional do Exército dos EUA com prioridade para a defesa da pátria, o que mais exemplifica os tipos de crise e emergência que ameaçam cada governador de estado. Com efeito, a Guarda Nacional voltaria à sua natureza territorial ou de policiamento, que de fato mais representa o seu legado histórico e tradicional..

Apesar de que este conceito provoca contenção política, não é novo. Em 1948, um comitê designado pelo Departamento de Defesa, sob a direção do Secretário Assistente do Exército Gordon Gray propôs uma mudança ainda mais radical para melhorar a segurança nacional dos EUA: colocar toda a Guarda Nacional do Exército dos EUA na reserva federal para resolver o problema do controle duplo e sua influência nociva sobre a prontidão.[12] Dado o grande valor da Guarda Nacional na defesa da pátria, não sou a favor de uma medida tão extrema, mas uma defesa lógica com base em argumentos relacionados ao adestramento é a justificativa para colocar as forças de combate da reserva dentro da própria Reserva do Exército dos EUA. Faz sentido para os estados porque "não obstante considerações de prestígio, os governadores de os estados têm maior necessidade por transporte, polícia militar, apoio de saúde, engenharia e helicópteros do que por carros de combate e batalhões de infantaria".[13]

Unidades de apoio são exatamente o que a missão de defesa da pátria exige. São o tipo de organização ideal para os estados já que "a transferência de habilidades encontradas na comunidade civil aos militares é grande para funções de apoio, mas praticamente inexistente para unidades de combate tático.[14] Este fato cria sinergias em termos do recrutamento e composição da força da Guarda Nacional do Exército dos EUA, já que muitas dessas habilidades de apoio adquiridas do setor civil contribuem diretamente à missão de defesa da pátria. Os resultados são todos positivos pois os estados recebem a perícia que precisam e "sem o fenômeno de duas fontes de comando em tempo de paz, o Exército da ativa pode influenciar no adestramento e na prontidão da Reserva do Exército dos EUA com muito maior influência do que na Guarda Nacional."[15]

Os que se opõem a esta iniciativa citarão a recente ativação da divisão do Componente da Ativa/ Componente da Reserva, na qual três brigadas de prontidão da Guarda Nacional do Exército dos EUA encontram-se sob o comando de uma divisão de ativa, como um exemplo de como melhorar a prontidão de combate das organizações de combate da Guarda Nacional. Apesar de que este é um passo na direção certa, não é o bastante, já que essas unidades ainda permanecem sob o controle regulamentado do governador do estado até que o mesmo seja federalizado. Se forem usadas para missões de defesa da pátria, perdem-se valiosos dias de treinamento por ano com o resultado do impacto sobre a prontidão de combate da unidade. A decisão politicamente difícil de colocar todos os recursos sob o comando da Reserva do Exército dos EUA poderia aliviar a situação e abrir o caminho para uma força cidadão-soldado mais eficiente.***MR***

REFERÊNCIAS

1. Comentário escrito para este artigo por um oficial do *National Guard Bureau, 1999.*
2. Ten Cel Richard D. Hooker Jr., "The Role of the Army in the Common Defense: A 21st Century Perspective," *AUSA Institute of Land Warfare, Landpower Essay Series,* 99-4 (abril de 1999), 5.
3. Manual de Campanha do Exército dos EUA (*FM*) 100-5, *Operations* (Washington, DC: US Government Printing Office, data desconhecida).
4. *Title 18, US Code, Section 1385, The Posse Comitatus Act.*
5. *Title 32, US Code, Section 102, National Guard,* 05 de janeiro de 1999.
6. MG William A. Navas Jr., "The Army National Guard: Flexible, Accessible Force," *ARMY 1996-1997 Green Book* (outubro de 1996), 92.
7. Bruce R. Pirnie e Corazon M. Francisco, *Assessing Requirements for Peacekeeping, Humanitarian Assistance, and Disaster Relief* (Santa Monica, CA: RAND, 1998), 9 e 10.
8. *Title 32.*
9. *Public Law 101-189, National Defense Authorization Act for Fiscal Year 1990 and Fiscal Year 1991, Title XXII,* 29 de novembro de 1989.
10. *Congressional Defense Against Weapons of Mass Destruction Act,* 1996.
11. *Title 10, US Code, Armed Forces*, Subtitle A, *General Military Law*, *Chapter 13, Militia,* 05 de janeiro de 1999.
12. *Uniform Code of Military Justice,* 7 de fevereiro de 1949. Código convertido em lei em 5 de maio de 1950 (64 estatuto 107).
13. Hooker, 5.
14. *Ibid.*
15. *Ibid.*

O Major Kevin Stringer, da Reserva do Exército dos EUA, é um oficial de estado-maior da área de mobilização na sede do Comando Europeu em Stuttgart, na Alemanha. É bacharel da U.S.Military Academy *e mestre da* Boston University *e candidato a Ph.D pela Universidade de Zurique. Serviu em uma variedade de posições nos componentes da ativa e reserva, na Alemanha e na Itáli*a.